

CMN aprova apoio de R\$ 1,3 bi à cafeicultura

Recursos serão usados para ajudar agricultores que sofreram prejuízos com as geadas do mês passado

Por Rafael Walendorff — De Brasília

18/08/2021 05h01 Atualizado há 53 minutos

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou ontem a criação de uma reserva de 20% dos valores do orçamento do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) para ajudar os produtores que tiveram perdas com as geadas ocorridas em julho. Ao todo, serão reservados R\$ 1,32 bilhão para apoio aos cafeicultores.

A decisão seguiu recomendação feita pelo Ministério da Agricultura, que a encaminhou depois de o Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC) aprová-la na semana passada.

As medidas de apoio aos cafeicultores serão definidas e indicadas após a conclusão dos cálculos dos impactos econômicos das baixas temperaturas sobre as lavouras. Segundo nota que o Ministério da Economia distribuiu ontem, levantamentos preliminares indicam que cerca de 200 mil hectares de cafezais em Minas Gerais, São Paulo e Paraná foram cobertos pelas geadas do mês passado.

Na véspera, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, havia estimado em até 15% a quebra nos cafezais. Segundo ela, há preocupação com os efeitos de longo prazo na colheita e também nos preços do grão. "A perda foi grande. A nossa sorte é que estamos no ano de safra maior. No ano que vem é que teremos problemas maiores, com gente que não produzirá", disse a ministra na segunda-feira.

O CMN reservou 20% do valor das linhas de custeio, comercialização, capital de giro e financiamento para aquisição de Café (FAC) e 100% do valor da linha de recuperação de cafezais danificados. O orçamento total do Funcafé para a temporada 2021/22 é de R\$ 5,9 bilhões.

Depois de o CMN aprovar o apoio aos produtores, a próxima medida do gênero deverá partir do Banco do Brasil, que anunciará na semana que vem uma linha especial destinada aos cafeicultores prejudicados pelas intempéries climáticas. Ao Valor, o vice-presidente de Agronegócios do banco, Renato Naegele, afirmou ontem que a diretoria da instituição ainda vai estipular o montante e o tempo de carência da linha, mas adiantou que o financiamento terá cinco anos de prazo para reembolso.

Na BrasilSeg, seguradora vinculada ao banco, foram 2.135 sinistros de apólices de seguro rural e Proagro (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária) acionados até agora. As vistorias já passaram de 60% das áreas e devem ser concluídas até setembro.